



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Planejamento e Gestão

**UNIDADE:** Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Laudo técnico sobre ocupação predial. Informação não disponível. Órgão detentor indicado. Informação adicional prestada em pedido de acesso anterior. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 129/2017**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à CPOS, número SIC em epígrafe, para acesso a laudos de ocupação e inspeção predial da 7ª CIRETRAN, bem como para informações acerca das providências tomadas quanto à gestão do imóvel, conforme pedido realizado no âmbito do Protocolo SIC nº 79253173729.
2. Em resposta, o ente informou que o parecer técnico referente à área ocupada foi enviado ao Conselho do Patrimônio Imobiliário, sugerindo a formulação de pedido a este, reiterando a resposta em recurso. Inconformado, o solicitante apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Primeiramente, importa lembrar que o artigo 11 da Lei de Acesso à Informação determina que o órgão demandado conceda imediatamente acesso à informação *disponível* que esteja sob custódia do Estado. No caso em questão, a companhia afirmou ter encaminhado o documento ao Conselho do Patrimônio Imobiliário, não mais dispondo desta informação.
4. Oportuno lembrar que as manifestações de ente público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, igualmente esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal.

5




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Interessado: A.S.F.).”. Assim, a resposta no sentido de não dispor dos dados solicitados atende ao artigo 11, §1º, inciso III, da Lei n. 12.527/2011.

5. Em relação ao segundo pedido, para informações acerca das providências tomadas quanto à gestão do imóvel, esclareça-se que, no âmbito do Protocolo SIC nº 79253173729, em sede de diligência, foram obtidas informações complementares posteriormente enviadas ao solicitante – o mesmo do presente pedido – tendo este se mantido silente, o que levou esta Ouvidoria Geral do Estado a exarar a Decisão OGE/LAI nº 088/2017, julgando o recurso prejudicado por perda superveniente do objeto.
6. Assim, tendo em vista que as informações almejadas não são detidas pelo destinatário do pedido, o qual indicou o órgão detentor e forneceu demais dados solicitados em outro expediente de acesso a informação, **conheço do presente recurso**, para no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 3 de julho de 2017.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL